

# TRABALHO DOCENTE CERCADO POR CIRCUNSTÂNCIAS QUE SÃO FONTES DE ADOECIMENTO

*“Se não morre aquele que escreve um livro ou planta uma árvore, com mais razão não morre o educador que semeia a vida e escreve na alma”.*

Bertold Brechet

Paula Adriana Lima de Matos Freitas<sup>1</sup>  
Marluce Souza e Silva<sup>2</sup>

**Resumo:** Considerando o atual contexto sócio político brasileiro, este artigo apresenta elementos que permitem refletir sobre o trabalho docente nas instituições federais de ensino e apresenta fundamentos teóricos e empíricos que confirmam a hipótese de que os servidores públicos da Universidade Federal de Mato Grosso - UFMT atravessam período de sofrimento com a sobrecarga de trabalho, com a competitividade vaidosa entre os “pares”, com a desvalorização e a desorganização de suas atividades laborais. A violência estabelecida entre tais trabalhadores é percebida não apenas pelos depoimentos de docentes, mas também pelos registros disponibilizados pela instituição, em sua *home page*, onde estão relacionados os Processos Administrativos e os Inquéritos

---

<sup>1</sup> Mestranda no Programa de Pós Graduação em Política Social da Universidade Federal de Mato Grosso.

<sup>2</sup> Docente no Curso de Graduação em Serviço Social e no Programa de Pós Graduação em Política Social da Universidade Federal de Mato Grosso; Graduada em Serviço Social e em Direito (UFU), com mestrado e doutorado em Política Social pela Universidade de Brasília – UnB, atuando como pesquisadora nas seguintes temáticas: Trabalho escravo; Saúde do trabalhador; Previdência Social e Dívida Pública.

Investigativos instaurados para apurar fatos que envolvem servidores e discentes da instituição. Aponta que o Burnout pode ser o responsável pelo processo de adoecimento dos docentes e pelos prejuízos causados ao ensino superior, pois elementos sinalizam para o esgotamento emocional do professor, para a sua despersonalização e, paradoxalmente, para uma sobrecarga horária de trabalho *versus* baixo envolvimento nas atividades. É inegável a hipótese de que o trabalho docente esta cercado por circunstâncias que são fontes de adoecimento.

**Palavras-chave:** Trabalho docente. Adoecimento. Violência.

### THE FACULTY LABOR SURROUNDED BY CIRCUMSTANCES THAT SUPPLY ILLNESSES

**Abstract:** Considering the current Brazilian social and political context, this article presents elements that allow us to reflect upon the teaching work in federal educational institutions. Within this article, we present theoretical and empirical foundations that support the hypothesis that the civil servants of the Federal University of Mato Grosso (UFMT) suffer from work overload, vain competitiveness of their “peers”, with the devaluation and disorganization of their labor activities. The violence established among these professionals is perceived not only by professors testimonies but also via the records made available by the institution on its home page, which are related the Administrative Processes and the Investigative Inquiry to investigate the facts involving the public servants and the institution students. We point out that the Burnout may be responsible for the process of illness of teachers and by the damage caused to higher education, as elements indicate to the emotional exhaustion, depersonalization and, paradoxically, to an hourly work overload versus a low involvement in activities. It is undeniable the hypothesis that teaching work is surrounded by circumstances that are sources of illness.

**Keywords:** Faculty work. Illness. Violence.

## Introdução

O contexto de privatização da Educação Superior, a partir da década de 90, iniciada no governo do ex-presidente Fernando Collor de Mello, e aprofundada nos governos de Fernando Henrique Cardoso, Luiz Inácio Lula da Silva e Dilma Rousseff, acentua o mal-estar do profissional docente.

A atual Presidente acaba de dar demonstração de total desrespeito pelas demandas das universidades federais, com o corte de verbas na ordem de R\$ 10,5 bilhões e, contraditoriamente, financia, por meio do FIES, as universidades privadas. *O chamado Estado avaliador priva-se do financiamento da educação, ou pelo menos, reduz drasticamente sua participação na oferta desses serviços, provoca, em decorrência, a deterioração da infraestrutura e dos salários do pessoal docente e não-docente [...]* Mancebo (2004, p. 58).

Sguissardi e Junior (2003) segue uma linha de raciocínio muito semelhante, entendendo o Estado como um deserto, e relata que este Estado vem adquirindo respaldo, principalmente junto àqueles que veem na educação apenas um grande negócio.

Nesse sentido, percebe-se a aceleração da privatização da educação superior pela expansão desordenada das Instituições de Ensino Superior – IES criadas com fins lucrativos e pela privatização interna das próprias Instituições Federais de Ensino Superior - IFES que foram criadas para serem públicas e gratuitas.

Santos (2002) esclarece que a educação vem sendo vista, potencialmente, como mercadoria e isso acontece em virtude da ânsia voraz do capitalismo, como organizador das relações sociais e da

superioridade do neoliberalismo<sup>3</sup>, que serve para aumentar as potencialidades do capitalismo através da privatização, desregulação, mercadorização e globalização.

Neste contexto, a arte de ensinar passa a se impor como um desafio não apenas de saberes, mas também de força e resistência emocional, pois conforme Pimenta e Ghedin (2002), *o professor*, contrário a todas as adversidades, tem que se manter *como agente transformador de uma sociedade* que é competitiva, violenta, desigual e destruidora da sua própria identidade de professor/trabalhador.

Assim, este artigo se apresenta como fundamento para refletir o trabalho docente nas IFES, tendo como lócus de investigação a Universidade Federal de Mato Grosso – UFMT.

## 1 Trabalho docente nas instituições de ensino

Acredita-se que o trabalhador docente tenha importância fundamental para a sociedade e que, assim como ocorre em outras categorias de trabalhadores, ele esteja exercendo suas atividades em condições físicas e emocionais desfavoráveis.

Docentes respondem, por um lado, aos anseios da sociedade e por outro, procuram responder às demandas do capitalismo, que paradoxalmente, os coloca em situação de crescente desvalorização,

---

<sup>3</sup> *Neoliberalismo é uma corrente de pensamento que reatualiza, no final do século XX, o velho liberalismo econômico do século XVIII. Onde a idéia mais importante pode ser resumida numa frase: tudo para o mercado, nada para o Estado - entendido este último como o conjunto de instituições governamentais de um país. É caracterizado por redução do déficit fiscal, política monetária restritiva, exportações como motor do crescimento, liberalização do comércio exterior, desregulamentação, privatização e estabilização dos preços*”. Cf. Lesbaupin, Ivo.

o que acaba se traduzindo em sofrimento e em luta diária pelo reconhecimento de sua atividade e por melhores condições de trabalho e de poder econômico, como forma de inclusão no mundo. Luta que vem gerando o adoecimento do trabalhador.

A sociedade, quase sempre, responsabiliza os professores universitários pelas dificuldades e problemáticas da Educação Brasileira, contudo, desconhecem que o papel do professor se complexifica a cada dia; e que às vezes ele precisa desenvolver atividades próprias dos técnicos administrativos e, não pouco frequente, desempenham o papel de membros da família dos discentes, que também apresentam dificuldades oriundas de adoecimento, de aprendizagem e de necessidades econômicas agravadas pelo distanciamento de seus familiares.

Os docentes estão inseridos numa relação contraditória de trabalho, pois a eles cabem a responsabilidade de formar cidadãos autônomos, de atender os interesses dos setores econômicos e as exigências da sociedade.

Não ignoramos que em contexto de expansão das universidades, os reitores pressionados pelo Ministério da Educação, transferem aos docentes a responsabilidade de apresentar resultados, esquecendo, ambos, de que ensinar e [...] *aprender não é uma ação passiva – exige muito trabalho* [...] Cunha (2007, p. 67). E exige também certa porção de afetividade, o que parece não se expressar na relação estabelecida entre os que ensinam, os que aprendem e o Estado Gestor.

Relações conflituosas de trabalho podem ser explicadas por autores e pensamentos que concebem o trabalho do professor universitário como simples reprodução do conhecimento ou execução

de programas e conteúdos já elaborados; mas, em contrapartida, temos autores como Pimenta e Azzi (2012); André (1994); Zeichner (1993); e Perrenoud (1994) que o entendem como uma práxis cotidiana, onde o docente possa ensinar e repensar todo o processo de formação dos discentes.

Na atualidade, as dificuldades para o exercício da práxis profissional fazem-se visíveis, conforme demonstraremos neste artigo, entre elas a sobrecarga de trabalho e o consequente estado emocional do docente que fica afetado por todas as situações que contrariam seu projeto de educação. Não bastassem os problemas internos das instituições de ensino, temos as notórias e inúmeras retiradas de direitos trabalhistas e previdenciários dos servidores públicos, que causam profundo mal estar na categoria. E, para esta abordagem indicamos os estudos de Arroyo (2004), Tardif e Lessard (2005) e Nóvoa (1999).

Lima (2004) realizou uma pesquisa sobre o mal estar docente, e elenca em seu relatório, uma série de fatores que contribui para o surgimento e manutenção das dificuldades docentes, e fala ainda das diversas consequências que ela trás, tais como:

*[...] pedidos de transferência, como forma de fugir de situações conflituosas; desejo manifesto de abandonar a docência (realizado ou não); absenteísmo trabalhista, como mecanismo para cortar a tensão acumulada; esgotamento; cansaço físico permanente; ansiedade como traço ou na forma de expectativa; estresse; depreciação do ego; auto culpabilização ante a incapacidade para melhorar o ensino; ansiedade como traço permanente, associada como causa-efeito a diversos diagnósticos de doença mental, neuroses reativas; depressões. (p. 74)*

A realidade do trabalho docente nas universidades públicas, segundo depoimento apresentado por Beraldo (2009) é a de que:

*Na condição de docentes vinculados a uma universidade pública, temos sentido profundamente os efeitos colaterais da lógica produtivista que orienta as atuais políticas educacionais, sobretudo no que diz respeito à: racionalização de recursos; desvalorização profissional; intensificação do trabalho com conseqüente extensão das atividades para além do expediente acadêmico; transformação da ciência em mercadoria; parceria público-privado; criação da cultura do individualismo, da competitividade, da inclusão excludente; controle da produtividade com base em indicadores meramente quantitativos; incentivo à venda de serviços; tendência em atribuir ao professor a culpa pelas mazelas e pelos fracassos da educação. (p. 85)*

Em relação à intensificação do trabalho, Pimenta e Azzi (2012) procuram mostrar que o professor, ao contrário do que muitos pensam, não é um simples executor de tarefas prontas e acabadas; é alguém que pensa o processo de ensino e, este pensar, reflete o professor enquanto sujeito histórico de todo o processo.

Portanto, o contexto histórico dos fatos aqui relatados é importante para entender o trabalho docente, pois o que se tem, nesse momento, é a expressão de uma sociedade capitalista, onde apresentar resultados (produtos) é fundamental, independente da qualidade do produto (ensino). Aumenta-se o número de alunos, com a conseqüente intensificação do trabalho do professor, garantindo a inclusão, ainda que seja de alunos, sem a devida qualificação para cursar o ensino superior, e professores, sem condições de desenvolver o seu trabalho com qualidade, acentuando a precarização do ensino.

Lemos (2006), trás importante contribuição sobre a precarização das condições de trabalho, quando aponta que ela está aliada à perda salarial progressiva, ao sucateamento de laboratórios, a desqualificação empreendida por algumas instâncias governamentais, e pelos projetos de valorização da docência, que não avançam. Sugere que, *tudo isso serve para colocar o professor numa situação constante de fragilização e vulnerabilidade.*

Outra respeitável contribuição é a de [...] *que a precarização intensifica o regime de trabalho, aumenta o sofrimento subjetivo, neutraliza a mobilização coletiva e aprofunda o individualismo, [...] carregando grandes conseqüências para a vivência e a conduta de todos aqueles que trabalham nas IES*<sup>4</sup>. Mancebo (2004, p. 11).

Vê-se que são significativos os elementos que amealham dificuldades às universidades brasileiras. Vale lembrar a Lei 10.973/04 que dispõe sobre incentivos à inovação e à pesquisa científica e tecnológica no ambiente produtivo das universidades, que vêm recebendo críticas severas por parte daqueles que pesquisam a temática do trabalho docente. *O professor ideal agora é um híbrido de cientista e corretor de valores. Grande parte do seu tempo deve ser dedicado a preencher relatórios, alimentar estatísticas, levantar verbas, e promover visibilidade para si e seu departamento. O campus vai se reconfigurando num gigantesco preção.* Sevcenko (2000, p. 6-7).

## 2 Adoecimento do trabalhador docente

Desde os anos 70, documentos da Organização Mundial da Saúde - OMS, como a Declaração de Alma e a Proposição da Estratégia de Saúde para todos, têm mostrado a necessidade de proteção e promoção da saúde e da segurança no trabalho, através da prevenção e o controle de riscos presentes nos ambientes de trabalho.

A Organização Internacional do Trabalho (OIT), na Convenção OIT nº. 155/1981, adotada em 1981, confirmada no Brasil em

---

<sup>4</sup> Instituições de Ensino Superior.



1992, estabelece que o País signatário tenha o dever de instituir e implementar uma política nacional em matéria de segurança e do meio ambiente de trabalho.

Na 3ª Conferência Nacional de Saúde do Trabalhador - 3ª CNS, realizada em Brasília, entre 24 e 27 de novembro de 2005 a preocupação com a saúde do servidor público ganhou força, visto que:

*No ano de 2003 para cada 1.000 servidores públicos civis federais, 26 se afastaram do serviço por mais de 3 dias, e quantos destes afastamentos tiveram por causa o trabalho, é desconhecido. As lesões por esforços repetitivos (a diminuição do vigor da mão citado por Ramazzini) respondem por cerca de 17,8% dos afastamentos, os casos de depressão e de saúde mental superam a marca dos 5% dos afastamentos. Hipertensão e diabetes superam a média nacional de prevalência da doença. Ao servidor público que tem o Estado como patrão cabe a máxima: “fazes o que te digo, não faças o que eu faço.” Domingues Júnior (2005, p.116)*

Analisando as literaturas sobre a saúde do trabalhador docente é possível constatar que o seu processo de adoecimento está ligado, inegavelmente, à sua atividade profissional, que exige esforço físico e psicológico diariamente, principalmente no atual contexto de mundialização<sup>5</sup>, onde as relações de traba-

---

<sup>5</sup> A mundialização financeira delega aos países capitalistas em desenvolvimento, mais obrigações do que direitos, e exige redução dos investimentos públicos em políticas sociais, penalizando o setor produtivo, inibindo o crédito e gerando desemprego. “(...) a principal consequência para os trabalhadores é a constituição do que Engels, inspirado pelos cartistas ingleses, designou como exército industrial de reserva – ou seja, um grande contingente de trabalhadores desempregados, que não encontra compradores para a sua força de trabalho”. Assim o desemprego coloca em situação de risco um número cada vez maior de brasileiros/as que demandam ações efetivas das políticas sociais. E estas, esgotadas pelos interesses econômicos de uma oligarquia mundial, não respondem com benefícios mínimos e condizentes com o mundo globalizado. A inexpressiva materialidade das políticas sociais brasileiras, quando analisada neste contexto, aponta indícios fortes de

lho se encontram em constantes mudanças e o trabalhador em permanente vulnerabilidade.

Bessa (2006) apud Mancebo (2004) retrata o contexto neoliberal e aponta que o trabalhador docente exerce suas atividades, tanto no sentido cobrado pela sociedade, de balizamento dos seus ensinamentos em sala de aula às atuais demandas do capitalismo; como também no sentido de atender as exigências de níveis mais elevados de qualificação, impostos pela relação de competição nacional e internacional das instituições de ensino. Tal competição exige superação de metas e de limites que nem sempre podem ser empreendidos por todos.

É evidente que o ritmo acelerado das mudanças e a flexibilização das atividades, com o decorrente incremento do número de tarefas e a expansão da instituição, sem a devida expansão do quadro docente, vem destruindo o trabalho e o trabalhador/docente. Mas, ainda assim, temos concordância com a afirmação de que:

*[...] é bom que a universidade cresça e tenha técnicos e professores para realizar o trabalho de que precisa e que possam ser ampliadas as vagas na graduação e na pós-graduação, assim como projetos de extensão possam ser ampliados para que a universidade cumpra seu papel social, entretanto, é preciso ressaltar que problemas seríssimos têm afetado essa universidade em termos de precarização e das condições de trabalho em geral por causa da expansão. Graeff, Billy in: Lisboa (2013, p.16).*

Neste processo de expansão precarizada, a saúde do trabalhador docente é atacada, visto que as condições de trabalho ou as circunstâncias sob as quais os docentes mobilizam as suas capacidades

---

que é resultante de uma estreita ligação com o projeto de um oligopólio mundial, que se revela cada vez mais usurpador. Cf. SILVA, M.A.S, p.62-3.

físicas, cognitivas e afetivas geram sobre-esforço ou hipersolicitação de suas funções psico fisiológicas.

A Organização Internacional do Trabalho - OIT (2001) e a Organização Mundial da Saúde - OMS (2001) afirmam que, se a década passada foi considerada como a de Lesões por Esforços Repetitivos - LER, esta será a década do estresse, da depressão, do pânico, da tortura psicológica e outros danos psíquicos relacionados com as novas políticas de gestão no trabalho, e que estão estritamente vinculadas às políticas neoliberais.

Vale lembrar que uma doença que tem acometido os profissionais da educação, segundo Codo apud Kuenzer e Caldas (2009, p. 27) é a Síndrome de Burnout. Codo busca compreender o conflito entre o trabalho do professor como possibilidade de transformação social e as limitações que lhe são impostas, especificamente após as novas formas de organização do trabalho, no regime de acumulação flexível<sup>6</sup>, onde conceituou a Síndrome de Burnout como a *dor de um profissional encalacrado entre o que pode fazer e o que efetivamente consegue fazer, entre o céu de possibilidades e o inferno dos limites estruturais, entre a vitória e a frustração [...] (p. 115).*

Assim, a referida síndrome torna-se responsável não apenas pelo processo de adoecimento dos docentes, mas também pelos prejuízos causados ao ensino superior.

---

<sup>6</sup> A acumulação flexível tem trazido inúmeras consequências. De um lado, a precarização, a dilapidação e a (des)efetivação extremadas e sem paralelos da força humana que vive-do-trabalho, e por outro lado, a degradação crescente e sem limites que destrói o meio ambiente e conseqüentemente afeta diretamente a relação metabólica entre o homem e a natureza. A vinculação desses elementos à lógica societal ancorada na produção de mercadorias, na extração de mais-valia e, portanto, na valorização do capital nos remete, então, ao conceito de metabolismo societário do trabalho. Cf. Thomaz Jr. (2002, p. 6).

Inegável, portanto, é a constatação de que o trabalho docente está cercado por circunstâncias que são fontes de adoecimento e por agentes estressores aos quais os professores estão expostos, tais como trabalho repetitivo, ambiente estressante, ritmo acelerado de trabalho, pressão e fiscalização advindos da direção das instituições. Tudo concorre para tornar o trabalhador docente susceptível ao adoecimento.

Emprestamos de Jayet (1994) apud Ferreira e Mendes, (2001) um quadro em que ele revela os indicadores de sofrimento no trabalho.

Quadro 01 - Indicadores de sofrimento no trabalho

continua

Medo físico relacionado à fragilidade do corpo quando exposto a determinadas condições de trabalho;
Medo moral, que significa o medo do julgamento dos outros e de não suportar a situação de pressão e adversidade na qual realiza a tarefa;
Tédio por desempenhar tarefas pouco valorizadas;
Sobrecarga do trabalho, gerando a impressão de que não vai dar conta das responsabilidades;
Ininteligibilidade das decisões organizacionais, que gera falta da referência da realidade;
Ambivalência entre segurança, rentabilidade e qualidade;
Conflitos entre valores individuais e organizacionais;
Incertezas sobre o futuro da organização e o seu próprio futuro;
Perda do sentido do trabalho a partir da não-compreensão da lógica das decisões, levando à desprofissionalização;
Dúvidas sobre a utilidade social e profissional do seu trabalho;
Sentimento de injustiça, reflexo da ingratidão da empresa e das recompensas sem considerar as competências;
Falta de reconhecimento retratado na ausência de retribuição financeira ou moral e do não reconhecimento do mérito pessoal;

## Quadro 01 - Indicadores de Sofrimento no Trabalho

conclusão

Dificuldade de poder dar sua contribuição à sociedade, gerando um sentimento de inatividade, de inutilidade e de depreciação da sua identidade profissional;

Falta de confiança, que produz a negação dos problemas, manifestada em um sentimento de desordem, de vergonha e de fatalidade para lidar com as situações de trabalho.

**Fonte:** Jayet (1994) apud Ferreira e Mendes, (2001). Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/epsic/v6n1/5336.pdf>>

Este quadro balizou a análise dos depoimentos dos docentes da Universidade Federal de Mato Grosso, e registramos, semelhantemente a Jayet, os seguintes indicadores de mal-estar e sofrimento: sobrecarga do trabalho; conflitos entre os pares; assédio moral; constrangimento; ausência de retribuição financeira; e não reconhecimento do mérito pessoal.

### 3 Condições e ambiente de trabalho na UFMT

Pode-se inferir que as condições de trabalho dizem respeito ao ambiente oferecido aos trabalhadores, bem como à observância da jornada de trabalho estabelecida no contrato, que legalmente deve proporcionar integridade física e mental aos trabalhadores e, neste caso em específico, aos profissionais da educação.

Comungando com o pensamento de Rocha (1998), entendemos *que as condições de trabalho têm que fazer menção aos horários combinados com a legislação e que não venham causar fadiga, estresse e esgotamento físico e mental.*

Infelizmente, na conjuntura atual, tudo isso ocorre na UFMT. Jornadas de trabalho não são compatíveis com o contrato estabelecido e o ambiente físico é adverso ao que deveria ser. As salas, sejam de aula ou de trabalho/docente (que são poucas), não possuem ventilação e iluminação adequadas. Os ruídos e odores de animais que convivem no mesmo espaço e bebem água nos mesmos bebedouros, além do risco à saúde, geram dificuldades e conflitos com os colegas e discentes que entendem que os animais devem ali permanecer, desconsiderando que todos, inclusive os trabalhadores e alunos, devem estar trabalhando em ambiente que garanta uma saudável qualidade de vida.

O espaço físico de salas docentes é reduzido, e recebe simultaneamente, de três a quatro docentes acompanhados com seus respectivos orientandos, reproduzindo uma relação precária de aprendizagem.

O campus de Cuiabá, apesar de sua beleza e significativa área geográfica, tem sido visto como ambiente favorável à proliferação de insetos e de agravamento de alergias respiratórias e estados gripais. Paradoxalmente, crescem as exigências institucionais para se garantir boa avaliação dos cursos. E, quando não há a devida correspondência do esforço docente com a nota atribuída pelo MEC, o governo devolve a responsabilidade do fracasso aos docentes, deixando evidente, no ranking de “excelência” das IFES, o desvalor dos docentes e da instituição federal.

Assim, seja no ensino ou na pesquisa, registra-se um desconforto docente com o ambiente de trabalho, onde a falta de um projeto institucional e uma insensibilidade aos problemas do professor acabam produzindo desânimo e sofrimento.

Cabe registrar que a administração superior da UFMT vem garantindo relativa autonomia às unidades administrativas, o que

nem sempre é positivo, pois elas quase sempre são geridas por coordenadores, chefes e até diretores despreparados para exercerem a função administrativa, demonstrando desconhecimento das normativas da instituição, o que gera omissões de atos administrativos necessários e, conseqüentemente, críticas contundentes da opinião pública e de intervenção do poder judiciário por meio de Mandados de Segurança, que visam resguardar direitos líquidos e certos de outrem, e que não são observados pela instituição.

Temos como conclusa a análise de que as atividades dos docentes superam a carga horária de 40 horas e que esta se expande para além da sala de aula. O professor, além de ensinar nos cursos de graduação e de pós-graduação, participa, ainda que esteja despreparado, das atividades administrativas; desenvolve pesquisa; produz artigos; orienta alunos em estágio e em projetos de pesquisa e extensão; organiza eventos; capta recursos financeiros para realização de projetos institucionais, através de processos altamente seletivos e concorrenciais; e representa a universidade nos diferentes espaços da sociedade, sem que para isso tenha benefícios sequer para a aquisição de um livro, que é seu principal instrumento de trabalho, o que, normalmente, é oferecido a outras categorias de servidores públicos cujos salários são infinitamente superiores aos dos docentes, e que não tem no livro seu principal objeto de trabalho.

#### **4 Processos administrativos e inquéritos investigativos na UFMT**

O Conselho Superior Universitário – CONSUNI por meio da Resolução CONSUNI nº 003-A, de 12 de maio de 1993, garan-

te aos dirigentes dos institutos e faculdades o poder de instaurar processos administrativos em suas unidades. Mas os processos que apresentam maior nível de complexidade são instaurados pela Reitoria e Pró-reitorias.

Existe na UFMT a Comissão Permanente de Pessoal Docente – CPPD, responsável pelo andamento dos processos instaurados e por manter informada a administração superior sobre todos os procedimentos e desfechos. Os processos administrativos são instaurados por meio de portaria da autoridade competente, publicados no Boletim de Serviços da UFMT e, quando necessário, no Diário Oficial da União.

Tais processos são instaurados para apurar fatos relativos a abandono e acúmulo de cargo; restituição no modelo de tomada de contas; demissões; aplicação de sanções, entre outros. Os Relatórios de Prestação de Contas<sup>7</sup> da universidade apresentam, mais acentuadamente, a recorrência de dois tipos de processos:

Processo Administrativo (PAD) que é o instrumento destinado a apurar a responsabilidade de servidor por infração praticada no exercício de suas atribuições ou que tenha relação com as atribuições relativas ao cargo em que o servidor esteja investido.

Sindicância Investigativa (SI) que é o procedimento preliminar sumário, instaurado com o fim de investigação de irregularidade

---

<sup>7</sup> Disponibilizados em: <<http://www.ufmt.br/ufmt/site/userfiles/relatorios/prestacao-contras-e-rg-com-portaria-ministerial-2010>>; <<http://www.ufmt.br/ufmt/site/userfiles/relatorios/prestacao-contras-e-rg-com-portaria-ministerial-2011>>; <<http://www.ufmt.br/ufmt/site/userfiles/relatorios/prestacao-contras-e-rg-com-portaria-ministerial-2012>>; <<http://www.ufmt.br/proplan/arquivos/9ba6357a14171438604db197052645d6-2013>>; <<http://www.ufmt.br/proplan/arquivos/87a11ef4f7ba8353cc2ea8cfd1f348a.2014>>. Acesso em: 03 set. 2015.



des funcionais, que precede ao processo administrativo disciplinar, sendo prescindível a observância dos princípios constitucionais do contraditório e da ampla defesa.

As informações constantes nos relatórios oficiais estão incompletas e não permitem uma análise sobre o desfecho de cada processo e nem permite afirmar se as partes envolvidas são servidores docentes ou técnicos administrativos. Alguns registros omitem informações essenciais, como a motivação do processo, e outros trazem detalhamentos que revelam, inclusive, a identidade das partes. Contudo, são reveladores de uma instituição cujos servidores encontra-se em processo conflituoso de trabalho.

Vejamos:

Tabela 01 – Processos Administrativos e Sindicâncias Investigativas - UFMT

Ano	PAD	SI
2010	142	59
2011	109	65
2012	70	12
2013	62	36
2014	54	13

**Fonte:** Elaboração própria a partir dos dados disponibilizados nos relatórios oficiais da UFMT.

**Legenda:** PAD = Processo Administrativo Disciplinar; SI = Sindicância Investigativa.

Há um decréscimo significativo de ocorrências a partir de 2012, o que em parte pode ser explicado pelos seguintes depoimentos: “[...] acabo desistindo de solicitar a abertura de um processo, ora por descrédito no resultado, ora por me sentir impotente e incapaz de enfrentar mais conflitos” (1); “Quem vai analisar os fatos e dar uma

decisão são as próprias pessoas que criaram o fato. Não acredito que elas possam ou queiram fazer alguma coisa para analisar e rever tudo com parcimônia.” (2).

Os relatórios, assim como os depoimentos, revelam ocorrências produzidas em razão de competitividade e/ou disputa nas relações de trabalho na UFMT, gerando desconfiança e opressão entre docentes *versus* docentes com funções administrativas. E, mais uma vez, lembramos que a competitividade e o individualismo são características de uma sociedade neoliberal que reduz o alcance do Estado e que, nas IFES produz, como consequência, a fragilização da competência dos órgãos superiores, inclusive da própria Reitoria. Em consequência a administração superior das IFES deixa à cargo do servidor docente a resolução de dificuldades que são institucionais, tais como: ausência de servidor técnico nas secretarias e laboratórios, insuficiência de salas de aula e de espaço para desenvolver atividades de pesquisa e extensão, espaços físicos degradados e espaço ambiental deteriorado e altamente poluído. Cabendo ao docente trabalhar com a (des)estrutura existente.

Não é exagero afirmar que os problemas estabelecidos nas relações de trabalho na UFMT, constantes nos relatórios, são gerados pelo stress ocupacional, considerado uma das mais graves doenças da modernidade, e definido como conjunto de sofrimentos psicológicos associados às experiências do trabalho e como perturbações psíquicas.

Há indicações, nos depoimentos, de que a Universidade Federal de Mato Grosso vem transferindo aos docentes a responsabilidade de responder pelas dificuldades existentes na instituição que, alijada de sua autonomia política-financeira, estabelece mecanismos de ava-

liação e controle, mas não favorece o pensar saudável e o agir reflexivo de seus trabalhadores, o que torna a impactar na saúde do trabalhador.

Constam 201 registros de PAD e SI do ano de 2010, e dentre tais eles, encontramos um, cuja motivação e a “ameaça verbal” entre docentes, proferida durante o expediente de trabalho, o que permite supor que os servidores da UFMT estão realmente submetidos a um nível preocupante de stress, o que Grandjean (1998) descreve como *um acontecimento emocional negativo, gerado por sensação de medo, tensão, derrota, raiva, cansaço e falta de iniciativa*.

Para Knapik (2005, p. 206), *o stress é uma exaustão emocional, levando à depressão e à instabilidade emocional*. E, a pessoa com tal exaustão, apresenta desgaste físico e emocional que a leva a um comportamento agressivo e perigoso.

No relatório de 2011 encontramos registros de: agressão física entre alunos e porteiros terceirizados; maus tratos de enfermeiras contra pacientes no Hospital Universitário, assédio de professor a uma aluna; e uma tentativa de atropelamento de docente contra um porteiro. Comportamentos que denunciam que professores e servidores (formalmente educados) estão adoecidos e adoecendo e, nesse processo, usam como instrumento de defesa a agressão física, verbal e emocional. As ações de violência, de qualquer natureza, surgem como empecilho a uma convivência humanamente aceitável nas Universidades Federais.

Sobre as ocorrências do ano de 2012, o site da universidade traz uma informação generalizada, não permitindo conhecer as partes e, tampouco, as motivações dos processos. E, em relação a 2013, encontramos registro de atos violentos entre servidores públicos e mais um caso de agressão física envolvendo alunos. Aparece um processo motivado por desacato de discente contra servidor técnico

da PROCEV e outro de direção perigosa, no campus, com envolvimento de servidor técnico.

O relatório de 2014 apresenta registro de uma ameaça de morte, e vários de assédio moral, desacato e crime contra a dignidade sexual. Constam, ainda, registros de sobrecarga de trabalho e duplo vínculo empregatício. Sobre isso Kuenzer apud Codo (1999, p. 36) afirma que *a carga mental elevada no trabalho é preponderante em profissionais com mais de um vínculo empregatício e que trabalham em mais de um nível de ensino [...]*. Ainda que se considere a responsabilidade do servidor público, no caso de duplo vínculo empregatício, chamamos a atenção para o fato de que muitos trabalhadores e/ou servidores fazem mal ou reagem mal em seu trabalho por incapacidade de cumprimento simultâneo de suas funções, que são inúmeras, e não por incompetência e/ou rebeldia.

## Considerações finais

Compreende-se que, neste contexto, a atividade docente requeira não apenas conhecimento técnico sobre determinada área, mas também uma capacidade maior de ação e reflexão; um senso crítico que suporte a contradição e, indubitavelmente um mínimo de saúde física e mental, pois a sociedade contemporânea, com tantas mudanças, redimensionou a responsabilidade e o papel do trabalhador/docente, seja para que ele esteja na defesa ou no enfrentamento de um projeto de formação neoliberal.

Também há que se recuperar, além da competência pessoal, o fortalecimento da autonomia administrativa dos gestores e a capacitação dos docentes para o exercício de cargos administrativos.

O professor, ao contrário do que muitos pensam, não é um simples executor de tarefas, mas alguém que deve pensar o processo de ensino, tendo em mente a sua história e a concepção de um projeto democrático de universidade pública.

Os docentes temem a vitória de um projeto neoliberal nas universidades federais, pois certamente os serviços universitários serão definitivamente transformados em mercadoria. Haverá uma adesão do conhecimento à lógica do mercado, principalmente no que se refere a realizar o maior número de pesquisas e de publicações, mesmo que estas não satisfaçam interesses públicos. Temor que encontra ressonância nos fatos aqui relatados, visto que, a universidade, na lógica do capitalismo acadêmico, caminha no sentido de abandonar o rigor da formação e da pesquisa comprometida com os interesses da sociedade, em prol dos interesses de mercado.

É, a partir das informações aqui apresentadas, que podemos concluir, sem exagero, que o professor universitário é uma pessoa estressada. Nas palavras de Fidalgo et al (2009) o professor universitário é o profissional que tem que *ter seis ou sete orientandos de mestrado e doutorado, não sei quantos alunos da graduação. Deve estar desenvolvendo atividades de ensino na graduação e na pós-graduação, além de orientar não sei quantas monografias de graduação por ano; tem que dar as aulas, ir para os congressos e mandar projetos para o CNPq*. Fidalgo assim conclui: *Ele é um infeliz*.

Neste sentido, os dados coletados na UFMT, afirmam que a docência está verdadeiramente sofrida. “Perdemos nossa tranquilidade na produção, perdemos nossa postura intelectual e crítica, perdemos o prazer de aprender e ensinar (3).”

Compreende-se assim, que as relações de trabalho docente estão perversas e movimentam-se perigosamente a favor da violência e do adoecimento de seus sujeitos, conforme os depoimentos: “A solidariedade perde espaço para atitudes como o individualismo, a perversidade, a inveja, as perseguições e o clima de terror (1)”. “Quem trabalha, trabalha muito, quem não trabalha... permanece não trabalhando. O problema é que todos são colocados no mesmo saco. Pior, os que não trabalham parecem estar em melhor posição e prestígio do que aqueles que trabalham muito (2)”.

Outras interpretações podem ser dadas aos fatos aqui relatados, contudo, nenhuma poderá negar a existência do adoecimento e do conflito. E, ainda que haja diversas concepções de conflito, a nossa se traduz em “bater junto”, “estar em desavença”, “golpear”. Aqui o conceito é negativo. É de luta, disputa, agressividade e violência, o que gera uma desidentificação do docente e dos demais sujeitos do Ensino Superior no Brasil.

## Referências e Bibliografias consultadas

ABRAMIDES, C. B. M; CABRAL, R. S. D. M. Regime de acumulação flexível e saúde do trabalhador. In: *São Paulo em Perspectiva*. São Paulo, vol.17 no. 1, Jan./Mar. 2003. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S0102-88392003000100002>> Acesso em: 20 nov. 2015.

ARROYO, Miguel. *Imagens quebradas: trajetórias e tempos de alunos e mestres*. Petrópolis/ RJ: Vozes, 2004.

ANDRÉ, Marli. O papel da pesquisa na articulação entre saber e prática docente. In: *Encontro Nacional de Didática e Prática de Ensino*. Goiânia: 1994.

BERALDO, Tânia Maria Lima. *Formação de docentes que atuam na Educação Superior*, In: Revista de Educação Pública, Cuiabá, v. 18, nº 36 jan. abril 2009, EdUFMT, p. 71 a 88.

CODO, W. (Org.). *Educação: Carinho e Trabalho*. Burnout, a síndrome da desistência do educador, que pode levar a falência da educação. Petrópolis: Vozes, 1999.

CUNHA, Maria Isabel (Org.) & Leite Carlinda. *Reflexões e Práticas em Pedagogia Universitária*. Campinas, SP: Papirus, 2007. Coleção Magistério: Formação e Trabalho Pedagógico.

DOMINGUES JUNIOR, L. R. P. O Processo Saúde – doença no Serviço Público e suas Conseqüências ao Estado, ao cidadão e ao Servidor. In: 3<sup>a</sup>. *Conferência Nacional de Saúde do Trabalhador – Coletânea de Texto*. 2005, p. 116. Disponível em: <[https://www.google.com.br/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=1&ved=0ahUK EwjinsfItdTJAhUMGJAKHRs7CUcQFggcMAA&url=http%3A%2F%2Fwww.saude.sc.gov.br%2FSaudeTrabalhador%2Fconferencia\\_estadual%2Ftextos\\_apoio%2FCaderno\\_de\\_Textos\\_20\\_06\\_05\\_v1.doc&usg=AFQjCNGocuNcW4n014Hyl0v3FWEEU0BgOg&sig2=-ww47-dGi4D\\_UMXp1wTvkg&bvm=bv.109395566,d.Y2I&cad=rja](https://www.google.com.br/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=1&ved=0ahUK EwjinsfItdTJAhUMGJAKHRs7CUcQFggcMAA&url=http%3A%2F%2Fwww.saude.sc.gov.br%2FSaudeTrabalhador%2Fconferencia_estadual%2Ftextos_apoio%2FCaderno_de_Textos_20_06_05_v1.doc&usg=AFQjCNGocuNcW4n014Hyl0v3FWEEU0BgOg&sig2=-ww47-dGi4D_UMXp1wTvkg&bvm=bv.109395566,d.Y2I&cad=rja)>. Acesso em: 23 set. 2015.

FIDALGO, Fernando; OLIVEIRA, Maria Auxiliadora M; ROCHA, Nara Luciene (orgs). *A intensificação do trabalho docente: tecnólogas e produtividade*. Campinas, SP: Papirus, 2009.

FERREIRA, M. C.; MENDES, A. M. Só de pensar em vir trabalhar, já fico de mau humor”: atividade de atendimento ao público e prazer-sofrimento no trabalho. In: *Estudos de Psicologia 2001, 6(1), 93-104*. Universidade de Brasília, 2001. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/epsic/v6n1/5336.pdf>>. Acesso em: 20 ago. 2015.

GRANDJEAN, Etienne. *Manual de Ergonomia: Adaptando o Trabalho ao Homem*. Porto Alegre: Bookman, 1998.

KNAPIK, Janete. *Administração Geral e de Recursos Humanos*. 2ª ed. Curitiba: IBPEX, 2005.

KUENZER, Acácia Z.; CALDAS, Andrea: Trabalho docente: comprometimento e desistência. In: FIDALGO, Fernando, OLIVEIRA, Maria Auxiliadora M., FIDALGO, Nara Luciene Rocha (Orgs): *A Intensificação do Trabalho Docente: tecnologias e produtividades*. Campinas, SP: Papirus, 2009.

KUENZER, A. Z. Sob a reestruturação produtiva, enfermeiros, professores e montadores de automóveis se encontram no sofrimento do trabalho. In: *Trabalho, educação e saúde*. Rio de Janeiro, v.2, n. 1, p. 107-119, mar. 2004.

LESBAUPIN, Ivo. *O governo Lula: O governo neoliberal que deu certo?* Disponível em: <[http://www.gritodosexcluidos.com.br/documentos/20\\_governoLula\\_reeleicao.pdf](http://www.gritodosexcluidos.com.br/documentos/20_governoLula_reeleicao.pdf)>. Acesso em: 24 jan.2007.

LISBOA, Carla. Reuni expande a precarização nas universidades. GRAEFF, Billy. (depoimento) In: *Dossiê Nacional 3 – publicação especial do ANDES – SN*, Brasília-DF, 2013, p. 16.

LADEIRA, Bronzo Marcelo. O processo do stress ocupacional e a psicopatologia do trabalho. In: *Revista de Administração*. São Paulo, v.31, n.1, p. 64-74, jan/mar. 1996.

LE MOS, Denize. Trabalho Docente: Alienação ou Emancipação? In: *VI Seminário da Redestrado – Regulação Educacional e Trabalho docente*. UERJ – Rio de Janeiro/RJ, 2006.

LIMA, M. A. O mal-estar docente e o trabalho do professor: algumas contribuições da psicanálise. In: PAIVA, E. V. (Org.).



*Pesquisando a formação de professores.* Rio de Janeiro: DP&A Editora, 2004.

MENDES, Francisco Mário Pereira. *Incidência de Burnout em professores das ciências biológicas e da saúde da Universidade Tuiuti do Paraná.* Florianópolis, 2002. (Dissertação de mestrado em Engenharia de Produção e Sistemas) – Universidade Federal de Santa Catarina.

MANCEBO, D. Uma análise da produção escrita sobre o trabalho docente em tempos de globalização. In: MANCEBO, D.; FÁVERO, M. L. DE A. (orgs). *Universidade: políticas, avaliação e trabalho docente.* São Paulo: Cortez, 2004, p. 235-250.

PERRENOUD, Philippe. *La formation des enseignants entre théorie et pratique.* Paris: Ed. L Harmattan, 1994.

PIMENTA, Selma Garrido; GHEDIN, Evandro (orgs). *Professor Reflexivo no Brasil: gênese e crítica de um conceito.* São Paulo: Cortez, 2002.

PIMENTA, Selma Garrido et al (org.). *Saberes pedagógicos e atividade docente.* 8º. Ed. São Paulo: Cortez, 2012.

NÓVOA, Antonio. (Org.). *Profissão professor.* 1999. NÓVOA, Antonio. (Org.). *Profissão professor.* Qual cidade ou país? Editora: Porto, 1999.

ROCHA, Simone Karla. *Qualidade de vida no trabalho: um estudo de caso no setor têxtil.* Florianópolis, 1998. Disponível em: <<http://www.eps.ufsc.br>>. Acesso em: 4 fev. 2009.

SANTOS, Boaventura de Souza. *A Universidade no Séc. XXI: Para uma Reforma Democrática e Emancipatória da Universidade.* 3ª ed. São Paulo: Cortez, 2002.

SEVCENKO, N. *O professor como corretor*. Folha de São Paulo: São Paulo, 4 jun. 2000, Caderno Mais, p. 6-7.

SGUISSARDI, V; JUNIOR, J. D. R. U. Universidade Pública Brasileira no Século XXI Educação superior orientada para o mercado e intensificação do trabalho docente. Espacios en Blanco. *Revista de Educación*, n. 23, junio, 2013, Universidad Nacional del Centro de la Provincia de Buenos Aires Buenos Aires, Argentina. Disponível em: <<http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=384539805007>>. Acesso em: 12 out. 2015.

SILVA, M. A. S. *Nem déficit, nem superávit na Seguridade Social: Contra-reforma com retenções, renúncias e suplementações orçamentárias*. Tese de doutorado. Programa de Pós-graduação em Política Social, Universidade de Brasília, 2008, p. 62-63.

TARDIF, M; LESSARD, C. *Trabalho docente: elementos para uma teoria da docência como profissão de interações humanas*. Petrópolis/RJ: Vozes, 2005.

THOMAZ JR A. (Org). *Geografia e trabalho no século XXI*. Presidente Prudente – SP: Centelha, 2002.